A ORIENTAÇÃO PROFISSIONAL NAS ESCOLAS TÉCNICAS INDUSTRIAIS NO BRASIL (1949- 1963) A PARTIR DA CBAI

PROFESSIONAL GUIDANCE IN INDUSTRIAL TECHNICAL
SCHOOLS IN BRAZIL (1949-1963) FROM CBAI

LA ORIENTACIÓN PROFESIONAL EN LAS ESCUELAS
TÉCNICAS INDUSTRIALES EN EL BRASIL (1949-1963) A
PARTIR DE LA CBAI

Maria Lucia Büher Machado¹

Resumo: A preocupação com a Orientação profissional acompanha a racionalização científica do trabalho que marca o início do século XX. Há um direcionamento para a formação de um/a trabalhador/a ajustado/a as normas do capital, o que se expressa na criação do Serviço de Ensino e Seleção Profissional nos anos de 1920, e do Instituto de Seleção e Orientação Profissional, criado em 1947. No mesmo caminho, a Comissão Brasileiro Americana de Ensino Industrial (CBAI), instituída em 1947 entre o Brasil e os Estados Unidos, que tinha entre os seus objetivos a formação docente para o Ensino Profissional, investe na Formação de um corpo técnico voltado para a Orientação Profissional nas Escolas Industriais e Técnicas da Rede Federal. Como foi e o que priorizava esse processo de Formação é o que buscamos investigar, a partir do depoimento de profissionais do período, e da análise de documentação da CBAI.

Palavras-chave: Formação Profissional – Orientação Profissional – CBAI.

Abstract : The concern with professional guidance accompanies the scientific rationalization of work that marks the beginning of the twentieth century. There is a concern with the formation of a worker adjusted to the norms of capital, which was expressed in the creation of the Service of Teaching and Professional Selection in the 1920s and of the Institute of Selection and Professional Guidance created in 1947. Along the same path, the *Comissão Brasileiro Americana de Ensino Industrial* (CBAI), established in 1947 between Brazil and the United States, which had among its goals the teacher training for the Professional Education, invests in the Formation of a technical body oriented to the Professional Orientation in the Industrial and Technical Schools of the Federal Network. How it was and what prioritized this

¹ Doutora em Educação (2010) pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Atua como docente no Campus Paranaguá do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná (IFPR). E-mail: lucia.buher@ifpr.edu.br

process of training is what we seek to investigate, from the testimony of professionals of the period, and the analysis of documentation of the CBAI.

Keywords: Professional Training – Professional Orientation – CBAI.

Resumen: La preocupación con la orientación profesional acompaña a la racionalización científica del trabajo que marca el comienzo del siglo xx. Existe un direccionamiento para la formación de un trabajador(a) ajustado(a) a las normas del capital, lo que se expresa en la creación del servicio de enseñanza y selección profesional en los años de 1920, y del Instituto de Selección y Orientación Profesional, creado en 1947. Por el mismo camino, la *Comissão Brasileiro Americana de Ensino Industrial* (CBAI), instituida en 1947 entre Brasil y los Estados Unidos, y que tenía entre sus objetivos la formación docente para la Enseñanza Profesional, invierte en la formación de un cuerpo técnico destinado a la Orientación Profesional en las Escuelas Industriales y Técnicas de la Red Federal. Como fue y cuáles eran las prioridades de tal proceso de formación es lo que intentamos investigar, a partir del testimonio de profesionales de aquel período, y de análisis de la documentación de la CBAI.

Palabras-clave: Formación Profesional – Orientación Profesional – CBAI.

Introdução

As discussões apresentadas neste artigo dialogam com o processo de industrialização e urbanização do país nas primeiras décadas do século XX, bem como sua relação com as ideias sobre modernização e desenvolvimento nas décadas posteriores, expressas nas propostas para a formação da força de trabalho no país. A organização do ensino profissional, refletido especialmente nas políticas educacionais, na criação de departamentos especializados voltados para essa modalidade e em um crescente controle por parte do governo Federal, em especial a partir das reformas educacionais promovidas a partir do 1º Governo Vargas (1930-1945). O quadro pós-guerra trouxe uma nova relação de forças estabelecida internacionalmente, em especial na política externa dos EUA, manifestada, no caso analisado, através da formação da Comissão Brasileiro-Americana do Ensino Industrial (CBAI).

Essa Comissão foi formada por meio do programa de cooperação educacional entre o Brasil e os Estados Unidos em 1946, logo no início da gestão do Presidente Gaspar Dutra (1946-1950), em acordo firmado com a *Division Education do Institute of Inter American Affairs*, e tinha como um dos objetivos a produção de material didático para o ensino industrial, bem como o treinamento de professores/as para atuar nessa área e também cursos destinados aos orientadores educacionais das Escolas profissionais da Rede Federal de Ensino. Voltada para o ensino industrial, tinha por objetivo "uma maior aproximação interamericana, mediante intercâmbio intensivo de educadores, ideias e métodos pedagógicos".²

O acordo previa o fornecimento de especialistas estadunidenses para a realização do programa; estudos e pesquisas sobre as necessidades dos dois países na área do ensino industrial. Além disso, propiciava a administradores, educadores e técnicos

² *Exchange of Notes constituting an Agreement on vocational industrial vocation*. Rio de Janeiro, 26 March and 5 april 1946. Disponível em: <www.untreaty.un.org/unts>.

brasileiros meios de viagens de estudos aos Estados Unidos, além da aquisição de equipamentos, e a preparação de material didático para esse ramo de ensino.

Ao abordarmos a origem da CBAI, indicamos os contextos propícios que favoreceram sua implantação, nos quais se inseriram as relações internacionais e as teias de interdependências (ELIAS, 1980, p.141) acionadas nesse processo, que não se restringia ao Brasil, mas integrava um projeto amplo estabelecido para os países americanos. Nesse aspecto, a implantação dos sistemas de cooperação eram estratégias-chaves para que a racionalização pautada em um projeto específico de modernização fosse difundida.

O recorte estabelecido neste texto tem como foco central a análise da Formação oferecida pela CBAI para as/os profissionais que atuariam como Orientadores/as Educacionais/Profissionais³ nas unidades das Escolas Industriais e Técnicas mantidas pela Rede Federal de Ensino. Utilizamos como fonte publicações da CBAI que tratam especificamente do tema Orientação Profissional, além de duas entrevistas realizadas durante a pesquisa de Doutorado, com profissionais que participaram dessa Formação entre as décadas de 1950 e 1960.

1. A Orientação Educacional na esteira da Racionalização Científica

A preocupação com a instituição dos serviços de orientação se inseriu na implantação da organização racional do trabalho, defendida como alavanca do processo de modernização do país desde a década de 1920, ampliando espaço de inserção nas décadas seguintes. Nas primeiras décadas do século XX no Brasil, a incorporação da "Psicologia Aplicada" ou "Psicotécnica" se apresentava como componente desse processo, conforme argumenta Bárbara Weinstein:

Psicólogos, pedagogos e outros profissionais da Europa e dos Estados Unidos começam a defender vários "métodos" científicos de seleção e orientação para o trabalho no começo do século XX, mas a repercussão pública foi bastante limitada até a Primeira Guerra Mundial. A aplicação maciça [...] de testes para os recrutas das Forças Armadas dos Estados Unidos durante a guerra deu mais credibilidade e divulgação a essa prática e à orientação psicológica, acarretando um uso mais amplo no meio industrial depois da guerra. Os defensores da psicologia aplicada argumentavam que ela oferecia instrumentos racionais e científicos ímpares para determinar as qualificações básicas e as inclinações dos candidatos a emprego, seja para a fábrica, seja para a área administrativa. (WEINSTEIN, 2000, p. 25)

Para a autora, a combinação dos três elementos - taylorismo, fordismo e psicologia aplicada - formaram a base intelectual do movimento internacional pela organização racional do trabalho. No caso brasileiro, a difusão da "psicotécnica" ganha espaço na década de 1920, a partir das ações desenvolvidas por Lourenço Filho e Roberto Mange, em São Paulo: conforme destaca Monarcha (2001, p. 21):

³ A terminologia Educacional ou /Profissional se confunde nos documentos; argumentamos que ambas se adequam ao considerarmos que a perspectiva educacional, futuro trabalhador, tinha como finalidade a disciplinarização educacional para o exercício da função profissional.

Desde meados da década de 20, os ensaios de psicologia aplicada de Lourenço Filho, à frente do Laboratório de Psicologia Experimental, e as aplicações psicotécnicas de Mange na Superintendência do Curso de Mecânica Prática do Liceu de Artes e Ofícios, voltados para a seleção profissional e a qualificação de mão-de-obra, contribuíram decisivamente para a introdução psicotécnica em diferentes meios institucionais, culminando com a fundação do Instituto de Organização Racional do Trabalho, em São Paulo, no ano de 1931.⁴ (MONARCHA, 2001, p.21)

Dessa forma, ao longo da década de 1920, enquanto o educador fomentava a difusão da psicotécnica a partir de cursos organizados na Escola Normal da Praça em São Paulo, onde lecionava Psicologia, o engenheiro Mange, em 1924, implantava, no curso de mecânica do Liceu de Artes e Ofícios, o processo de seleção de aprendizes, trabalho executado a partir do Laboratório de Psicotécnica. De acordo com GITAHY (1986, p. 57), Mange destacava que por esse procedimento a instrução racional se estendia ao período "pré-vocacional", para avaliar tendências e aptidões dos candidatos.⁵

Para Marluce MEDEIROS (1987, p. 148), a implantação da psicotécnica na escolha de candidatos ao ensino profissional, conjugado com os métodos de aprendizagem instituído a partir das séries metódicas - ambos os procedimentos instituídos por Mange - configurou o início da organização racional do trabalho no Brasil, em especial a partir da incorporação desses caminhos para a formação da força de trabalho ferroviária no país.

A autora se refere à junção das quatro maiores companhias de estradas de ferro de São Paulo em 1924 ao Liceu de Artes e Ofícios, em especial, ao curso de mecânica, por onde os aprendizes selecionados "cientificamente" passavam pela formação organizada com base nas séries metódicas e, após a conclusão do curso, retornavam às empresas para colocar à prova a eficiência da formação.⁶ Foi a partir dessa primeira experiência que a Estrada de Ferro Sorocabana organizou posteriormente o SESP (Serviço de Ensino e Seleção Profissional), com funcionamento entre 1930 e 1934, ano em que, com base nas experiências anteriores, por indicação do IDORT, foi criado o CFESP (Centro Ferroviário de Ensino e Seleção Profissional de São Paulo).

⁴ Manuel Bergström Lourenço Filho nasceu em 1897 e faleceu em 1970; adquiriu projeção nacional a partir da década de 1920; no campo pedagógico, ocupou diversos cargos, entre os quais Diretor Geral da Instrução Pública de São Paulo (1930), Diretor do Instituto de Educação do Distrito Federal (1932), Vice Reitor da Universidade do Distrito Federal (1938), Diretor do Departamento Nacional de Educação (1947-1951). Foi também responsável pela implantação do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, em 1938, órgão que dirigiu até 1946. Foi ainda um dos signatários do Manifesto dos pioneiros da Educação Nova, juntamente com Anísio Teixeira e Fernando de Azevedo; porém, sua atuação no campo da Psicologia, cadeira ao qual lecionou desde a década de 1920 nas escolas de formação de professores por onde passou, e na Faculdade Nacional de Filosofia, onde se aposentou em 1957, exerceu uma grande influência, traduzindo publicações desde a década de 1920, participando inclusive do processo de regulamentação da profissão de Psicólogo no Brasil, que ocorreu em 1962 (GANDINI; RISCAL, 2002, p. 746-754).

⁵ A autora cita o fragmento de um texto de Mange, publicado em janeiro de 1932 na *Revista de Organização Científica*: "Se selecionamos matérias-primas na indústria, sementes e plantas na agricultura, espécies animais na pecuária, sempre para obter um progresso evolutivo eficiente, não é de estranhar que o material humano (...) tenha de ser selecionado. Aliás o homem não escapa às leis genéticas e biológicas e, como tal é que a psicologia aplicada lhe segue os passos" (*Apud* GITAHY, 1986, p. 57)

⁶ As companhias eram: Estradas de Ferro Sorocabana, São Paulo Railway, Cia. Mogiana de Estradas de Ferro e Companhia Paulista de Estradas de Ferro. Em relação às incorporações da organização racional do trabalho nesta última (Ver: SEGNINI, 1982, p. 63-82).

Em 1942, com a criação do SENAI, o CFESP vai sendo incorporado pela nova instituição voltada para a aprendizagem, inclusive no que se referia aos seus dirigentes, como Roberto Mange e Italo Bologna, este último que veio a ocupar, entre 1949 e 1951, o cargo de Superintendente da CBAI, período em que os primeiros cursos voltados para a orientação profissional foram organizados.

Enquanto a década de 1920 pôde ser identificada como uma fase inicial do fomento em relação aos processos de seleção e orientação profissional, a década de 1940 encontrou um terreno sedimentado, expresso na criação de instituições voltadas especificamente para esse fim, como o Instituto de Seleção e Orientação Profissional (ISOP), fundado em 1947, afeito à Fundação Getúlio Vargas, que tinha por objetivo "contribuir para o ajustamento entre o trabalhador e o trabalho, mediante estudo científico das aptidões e vocações do primeiro e os requisitos psicofisiológicos do segundo", ou seja, a partir da psicotécnica. (ABADE, 2005, p. 16).⁷

O percurso da Psicologia Aplicada, delineado desde a década de 1920, evidencia como educadores, empresários, engenheiros e administradores públicos estruturaram um caminho considerado adequado para o ajustamento do trabalhador e que deveria ser racionalmente aplicado no processo de aprendizagem a se desenvolver nas escolas profissionais da Rede Federal de ensino, projeto esse viabilizado a partir das ações da CBAI, abordagem central deste artigo.

2. Formando um indivíduo ajustado: a organização do serviço de Orientação Profissional da CBAI

O campo inicial de atuação da Comissão foi na formação de professores para o ensino industrial,⁸ uma nova frente de atuação passou a ser estruturada a partir de 1949 - a orientação educacional e profissional. Uma publicação de 1957, que tratava especificamente do assunto, indicava a trajetória desse campo na CBAI:

Em 1949, a CBAI selecionou diversos professores para entrar em treinamento a fim de se tornarem orientadores educacionais. Dois anos mais tarde, foram introduzidos serviços de orientação na Escola Industrial de Belém e na Escola Técnica de São Luiz. Durante os seis anos que se sucederam, a CBAI continuou dando ênfase aos serviços de orientação *como um meio de fortificar o programa de educação integral*, mediante treinamento de professores adicionais e colocando-os em outras escolas industriais e técnicas da Rede Federal. Atualmente, treze escolas da Rede Federal já possuem orientadores educacionais, trabalhando durante todo o expediente escolar (CBAI, 1957, grifo nosso).⁹

⁷ SUCKOW (1961, p.570) indica que posteriormente o ISOP participou da organização dos cursos promovidos pela CBAI.

⁸ Especialmente sobre a instalação e o funcionamento do Centro de Treinamento de Professores na Escola Técnica de Curitiba, instituído em 1957 (AMORIM, 2003).

⁹ Manual de Orientação. Relatórios Especiais sobre atividades de orientação nas escolas industriais e técnicas da Rede Federal, escritos pelos orientadores Educacionais e Profissionais da CBAI. Escola Técnica de Curitiba/MEC/CBAI, 1957. A publicação era o resultado do 4º Seminário de Orientação Educacional e Profissional, realizado em 1957 na Escola Técnica de Curitiba, sendo a primeira atividade desenvolvida no Centro de Treinamento de Professores recentemente criado.

O primeiro curso elaborado em 1949 e realizado em 1950 compreendeu uma fase inicial realizada no Rio de Janeiro, passando para uma seleção de professores que prosseguiram em um curso preliminar, que, no mesmo ano, seguiram para os Estados Unidos, onde permaneceram por seis meses, com a finalidade de conhecer o sistema de ensino industrial norte-americano e participar de um curso da área de orientação naquele país (SUCKOW, 1961, p. 570).

Em documentação localizada por AMORIM (2004), há indicação do programa previsto para um curso preliminar aos professores realizados entre 03/05 e 28/07/1950, em que, entre os objetivos, constavam: "observar a organização estático-dinâmica das escolas industriais norte-americanas em que estagiarem; discernir os valores pedagógico-didáticos dessas escolas e estudar uma possível adaptação desses valores às nossas escolas industriais".¹⁰

O programa do curso, organizado em quatro unidades, previa alguns pontos e atividades específicas relacionadas à orientação profissional, em especial na unidade voltada para a aprendizagem técnico-industrial: "aprendizagem e personalidade; as diferenças individuais; constituição, temperamento, aptidões, inteligência geral e especial; avaliação da personalidade; ajustamento e desajustamento" (BONOW, 1950, p. 380).

A fase preliminar do curso estabelecia em seu programa os estudos sobre as realizações no Brasil da Seleção Profissional e Orientação Educacional como o Antigo Gabinete de Psicologia de São Paulo, o Centro Ferroviário da Estrada de Ferro Sorocabana e o SESP (Serviço de Ensino e Seleção Profissional), além de incluir visitas ao SENAI, ao Instituto de Seleção e Orientação Profissional (ISOP) da Fundação Getúlio Vargas e ao setor de Atividades Pré-Vocacionais da Prefeitura do Rio de Janeiro.

Esse aspecto levou-nos a analisar que, assim como outras linhas de atividade propostas pela CBAI, a orientação profissional era um dos aspectos aos quais os organizadores do ensino industrial já ansiavam antes mesmo do acordo com os Estados Unidos, porém, tiveram a partir de então a possibilidade em difundir tais ideias de um modo mais eficiente.

A ligação entre as instituições que já desenvolviam atividades da área da orientação profissional no país e a CBAI pôde ser constatada no desempenho profissional de Ester (2009)¹¹, chefe do serviço de Orientação da Comissão a partir de 1950. Formada em Matemática e Física, a profissional narrou que, ainda durante a graduação, foi indicada por um dos seus professores para trabalhar no SENAI, inicialmente na área de cálculo de probabilidades:

¹⁰ Curso Preliminar aos Professores. MEC/CBAI, 1950. O documento constou em anexo no trabalho elaborado por Amorim (2004, p. 379-382). Em nossa pesquisa, não localizamos esse documento especificamente, mas um outro com a mesma data, intitulado *Fundamentos de Orientação. Curso Preliminar aos Orientadores-3/5 a 28/07/1950*, organizado por Iva Waisberg Bonow. Esta era professora formada no Instituto de Educação do Rio de Janeiro em 1934, onde também atuou como docente. Foi aluna de Anísio Teixeira e Lourenço Filho, com este último, cursou especificamente a cadeira de Psicologia. Posteriormente, publicou livros na área de Psicologia Educacional.

¹¹ ESTER é licenciada em Matemática (1944) e Física, e Doutora em Educação. Atuou especificamente na área de orientação educacional e profissional da CBAI até 1954. Entrevista concedida à pesquisadora em 2009. Na data da entrevista a narradora tinha 82 anos de idade.

[...] o SENAI estava precisando, um dos Diretores lá, que era um diretor de orientação educacional e profissional, queria uma aluna pra trabalhar com ele, foi o primeiro passo, mas depois [...], depois do SENAI, eu fui indicada para um novo programa, um projeto que estava se iniciando, que se chamava CBAI - era pra desenvolver o ensino industrial no país. Então, para cada técnico americano, tinha um técnico brasileiro, na ocasião, realmente, nessa parte de orientação educacional, tinha um americano e eu, então, fui chamada pra ficar nessa área, onde eu já tinha começado, fazendo alguns trabalhos de seleção junto com o Otávio Martins [engenheiro], que era Diretor lá no SENAI.

A narradora foi uma das que participou da viagem aos Estados Unidos em 1950, no primeiro curso voltado para a área de orientação, juntamente com três professores e duas professoras das Escolas da Rede Federal, e um representante da superintendência do Ensino de São Paulo. Quando regressou ao Brasil, deu prosseguimento aos cursos, inicialmente ao lado de Stanley Kruzyna, o técnico estadunidense ao qual se referiu. Entre 1950 e 1957, foram organizados quatro cursos voltados para essa área; Ester (2009) narrou o início desse processo:

[...] as primeiras coisas dentro do planejamento, que eu acho que foi uma das coisas muito bem feita ao meu ver, que foi o seguinte [...] iniciar dando cursos sobre orientação educacional para os professores das Escolas Industriais e Técnicas, para que eles soubessem o que era orientação educacional, quais eram os seus objetivos - quer dizer, quando eu digo educacional, está incluída a profissional também, não é? - então, com isso, já em 1949, antes da criação do serviço de orientação, já começamos [com base na súmula do curso], pra você ter uma ideia o que que nós achávamos importante, no curso estava incluído todas aquelas coisas que hoje você coloca em psicologia educacional - tinha vida social e vida escolar, mostrando o sistema educacional brasileiro, as atividades profissionais dos jovens no futuro, [...] os problemas educacionais mais comuns, depois então as diferenças individuais e as oportunidades de educação e de trabalho que havia [...] estudo do aluno, quer dizer, como fazer com que o aluno, vamos dizer assim, desenvolva melhor as suas atividades, a verificação do tipo de aptidões, naquela época já se falava em aptidões e interesses [...] verificação do nível e tipo de inteligência e assim vai, e depois como realizar a orientação. Então isso para professores, por quê? Porque a ideia era incentivar aos professores e mostrar a importância de se instituir, dentro das escolas industriais, o serviço de orientação educacional e profissional que acompanhasse o desenvolvimento desses alunos, porque aí, em um futuro próximo, a intenção da CBAI era criar o serviço de orientação educacional, então, de certa maneira, era preciso que os professores das escolas tomassem consciência e realmente considerasse importante, e a única maneira era que eles soubessem quais são os objetivos de um serviço de orientação, quais são as metas, o que se deseja ao ser instalado um serviço de orientação educacional.

A primeira fase descrita por Ester e o programa proposto apontaram os enfoques que seriam seguidos posteriormente nos cursos desenvolvidos ao longo da década de 1950 - a centralização no indivíduo, característica da própria psicologia, aplicação de testes voltados para questões de aptidão, interesses e níveis de inteligência, pontos contemplados na psicotécnica, e o recorrente discurso da importância da orientação educacional e profissional, procurando envolver todos os profissionais da escola e não somente o profissional responsável por essa área:

Havia alguns que eram mais eficientes do que outros, não é? Então, a verdade é a seguinte, muitas vezes, o que nós fazíamos era reunir no Rio em Seminários, de 2 em 2 anos, nós reuníamos todo o pessoal aqui pra fortalecer o conhecimento, porque não havia muito material escrito naquela época, todo ele era em inglês, então nos preparávamos com isso [manuais e folhetos], por exemplo, uma coisa que

os orientadores tinham que fazer, esse aqui é mostrando a eles que o serviço de orientação educacional sozinho não faz nada, então realmente tem o professor, pessoas responsáveis, quer dizer, não é só o orientador que é o responsável, então o diretor é responsável - o que ele faz, por que ele faz, como ele faz? Depois vem o orientador [...] e tem também o professor [...] então, mostrando que, para que o serviço de orientação educacional funcionasse, *era preciso que houvesse uma integração e uma espécie de afinidade filosófica em torno do assunto entre o diretor, o professor e o orientador*, quer dizer, era uma espécie de um aval pra que ele pudesse trabalhar melhor. (ESTER, 2009, grifo nosso)

A narradora se referiu às estratégias utilizadas ao longo do período para difusão da importância do serviço de orientação, e às produções de publicações muitas vezes elaboradas pelos próprios cursistas.

Ao tomarmos como base um relatório sobre o primeiro curso realizado entre os meses de maio e julho de 1950, tivemos a dimensão de como as questões descritas por Ester foram desenvolvidas nessa primeira etapa. O curso que antecedeu a primeira viagem dos orientadores aos Estados Unidos naquele mesmo ano era centralizado na apresentação de técnicas a serem empregadas junto aos alunos, em especial, na realização de entrevistas e aplicação de testes, estes últimos voltados para o estudo da personalidade, distribuídos em análise da "inteligência, do temperamento e caráter e dos interesses vocacionais".¹²

Dezoito modelos de instrumentos voltados para o estudo da personalidade, formado por testes, questionários e inquéritos, estavam presentes nas 125 páginas da publicação. Embora não fosse nosso objetivo analisar metodologicamente a organização dos testes, tomamos os voltados especificamente para os "interesses vocacionais", como exemplo de como se mensurava a personalidade adequada do futuro trabalhador, a partir da ação do orientador educacional.

Os "interesses vocacionais" poderiam ser medidos a partir de dois instrumentos: um "Estudo de Valores", voltado para investigar opiniões e interesses dos alunos em questões como educação, política e cultura, e um "Questionário de interesses vocacionais" para "homens". Este último, elaborado por um professor de psicologia da Universidade de Stanford, na Califórnia, era formado por 400 (quatrocentas) questões, organizadas em itens como profissões, disciplinas escolares, distrações, características pessoais, e "avaliação de suas usuais habilidades e características". A primeira parte do teste - profissões - listava 100 (cem) ocupações, ao lado do qual o aluno deveria assinalar entre as opções - "gosto, desgosto, indiferente". A orientação para o preenchimento das alternativas era:

Não se preocupe com o salário, posição social, possibilidades futuras etc. Considere apenas se gostaria ou não de fazer o que a profissão requer. Não se deseja saber se quereria ter tal profissão permanentemente, mas apenas se teria o prazer nessa espécie de trabalho, sem se importar com o preparo, habilidade ou treino que tenha ou não (BONOW, 1950, p. 98).

As alternativas não se restringiam a atividades da área industrial, eram elencadas profissões como astrônomo, operário fabril, fazendeiro, ator. A temática do trabalho

¹² BONOW, Iva Waisberg. *Fundamentos da Orientação* (Curso Preliminar aos orientadores -3/5 a 18/07/1950). Relatório. CBAI/MEC: Rio de Janeiro, agosto de 1950.

concentrava a maior parte do teste, como, por exemplo, ao avaliar a ordem de preferência das atividades. Uma das questões pedia que o avaliado indicasse os fatores mais importantes que afetavam o seu trabalho, entre as alternativas, estavam "salário recebido pelo trabalho, oportunidade de compreender bem a tarefa exigida pelo seu superior" ou "liberdade de trabalhar pelos seus próprios métodos". A divisão técnica do trabalho também estava presente, na solicitação de que se escolhessem as atividades preferidas, entre as quais constavam "elaborar planos" ou "executar planos" (BONOW, 1950, p. 104).¹³

O que pretendemos destacar, ao explorarmos algumas características dos testes apresentados no primeiro curso voltado para a orientação da CBAI, é o caráter da cientificidade que se pretendia estabelecer no processo de seleção e ajustamento dos alunos do ensino industrial a partir das atividades desenvolvidas por esse setor; se o procedimento não era necessariamente novidade para alguns ramos de trabalho no país, como o ferroviário, conforme apresentamos anteriormente, a CBAI legitimaria a entrada da orientação profissional no campo educativo.

A indicação para se tornar orientador educacional nas escolas dependia de um processo de seleção feita com base na participação dos inscritos nos cursos; a avaliação, segundo Ester (2009), era feita a partir de fichas preenchidas pelos professores que ministravam as aulas, entrevistas, testes de cultura geral, observação do relacionamento entre o grupo e do comportamento de cada cursista, ou seja, nem todos os que participavam dos cursos tinham como garantia ocupar o cargo nas Escolas Técnicas.

Esse foi o caso de Augusto¹⁴, professor de Ciências da Escola Técnica de Curitiba, posteriormente nomeado para a função de Orientador Educacional:

Eu soube que havia uma oportunidade de professores de Escola Técnica e eu me interessei, porque, em matéria de educação, eu sempre me interessei, voltado pra qualquer tipo de trabalho, de esforço sério relacionado com isso. Então eu só soube disso, fui informado, acabei indo pro Rio, fiquei lá no Rio e fizemos um curso lá... e depois eu fui nomeado Orientador. [...] estava lá numa espécie de pensão, [...] na realidade, nós fomos pra lá mantidos pelo próprio governo em um programa ligado exclusivamente para a orientação educacional.

Foi, todavia, em um parecer assinado por Anísio Teixeira em 1952, sobre o processo de nomeação desses profissionais, que encontramos uma das pistas sobre divergências internas entre a direção estadunidense e a superintendência brasileira, no caso, representado por Sólon Guimarães. Este questionava a sua falta de liberdade para realizar uma nova seleção de candidatos à função de orientadores, na fase final dos cursos, diante dos critérios estabelecidos pelos técnicos, e sugeria que todos os participantes fossem nomeados. O parecerista assim se manifesta sobre a questão:

¹³ O conjunto do teste evidencia que não houve uma preocupação com a adaptação das questões à realidade brasileira. Por exemplo, no item voltado para avaliar os interesses de "distrações" dos alunos, entre as alternativas apresentadas, estão *bridge* e golfe. Difícil imaginar um aluno do ensino industrial optando pelo golfe na década de 1950, diante da ausência no teste da opção pelo futebol.

¹⁴ Augusto, profissional que atua até hoje na área da psiquiatria, iniciou suas atividades como professor de ciências por volta de 1943, logo após a implantação dos cursos técnicos na Instituição, quando ainda era acadêmico de medicina. Sua permanência na Escola se estendeu para a década de 1970, quando atuou nos cursos de graduação implantados naquele período.

Quer isso dizer que o projeto do serviço de orientação, a ser inaugurado nas escolas, apesar (sic) de todos os cuidados e seleções havidas, teria que iniciar com um grupo de pessoas dentre as quais alguns são de início reputados contra-indicados pelos técnicos que a procuraram formar nos cursos para tal organizados. O delegado do Governo Americano opõe-se a isso na base de que para a nomeação dos orientadores só se deve levar em conta o êxito do projeto, ignorando-se qualquer reivindicação pessoal que não esteja de acordo com a indicação dos técnicos responsáveis pela indicação dos orientadores. [...] Acredito, aliás, que as instruções para seleção e o curso devem ter sido a esse respeito suficientemente claro para não permitir nenhuma reivindicação que pudesse contrariar o próprio objetivo da seleção e do curso - preparar candidatos adequados à orientação do ensino (CPDOC/FGV, 1952).¹⁵

A solução apresentada por Anísio Teixeira para o embate era a nomeação de orientadores que fossem de comum acordo entre o superintendente brasileiro e o diretor estadunidense, porém, desde que fosse respeitado o critério principal estabelecido pelos técnicos, de que se tratasse de profissionais aptos. O texto do parecer, em seu conjunto, revela a crítica aos acertos feitos na esfera pessoal, desprovido de todo caráter técnico proposto pelo programa. Embora Ester (2009) não tenha apontado problema em relação a essas questões durante a entrevista, reforçando que se tratava de uma atividade técnica, sem conotação política ou conflitos por parte dos dirigentes, o documento evidencia os limites entre o planejado e o real nas atividades desenvolvidas pela CBAI.

2.1. Ajustar trabalhadoras: a (in)visibilidade das estudantes na Orientação Profissional.

Em relação à formação profissional feminina, Danièle Kergoat (2002) faz uma provocação significativa, ao discutir argumentos que geralmente são apresentadas para solucionar as assimetrias de gênero, uma delas seria reformar as instituições de ensino voltadas para essa modalidade, propiciando ao grupo em questão a possibilidade de ingressar nas categorias profissionais masculinas, obtendo uma qualificação mais negociável no mercado de trabalho. Para a autora, isso não resolve a questão, se as discussões continuarem centralizadas na esfera da produção, desarticuladas da esfera reprodutiva.

Duas pesquisas apresentadas pela autora elucidaram essa crítica. A primeira, realizada com motoristas de ônibus, indicava que, mesmo quando inseridas em campos tidos como masculinos, elas acabam por acionar características tidas como femininas, na forma de lidar, por exemplo, com a violência presente em algumas linhas em que atuam. Dessa forma, o desempenho das profissionais fica ligado a uma dimensão de qualidade individual; o problema é assim apresentado por Kergoat (2002, p. 54): "e tudo isso não é negociável: está-se fora da relação salarial, ao passo que a qualificação é, ao contrário, a expressão da relação capital/trabalho num dado momento e é da ordem do coletivo".

¹⁵ Na época da assinatura do parecer, Anísio Teixeira ocupava a Secretaria da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) (*Dicionário de Educadores do Brasil*, 2002, p. 72).

As dimensões analisadas pela autora evidenciam a complexidade em que se inserem as discussões sobre formação profissional e assimetrias de gênero, cujas restrições ou possibilidades de avanços não podem ser atribuídas exclusivamente aos projetos de formação desenvolvidos nas instituições de ensino, mas ao tecido social em que homens e mulheres são envolvidos, e que define o espaço de poder ocupado na sociedade.

Nesse aspecto, ainda que a inserção de estudantes nas Escolas Industriais e Técnicas seja um importante elemento para garantir as mulheres o acesso a uma formação profissional, por si só não resolve os problemas das assimetrias de gênero consolidados na sociedade.

Ainda que raramente tenhamos encontrados no material analisado indicações específicas que evidenciasse a preocupação com as alunas nos cursos industriais, elas são contempladas em uma das "situações-problemas" apresentadas em uma prova submetida aos cursistas da CBAI. Essa avaliação integrava os "procedimentos técnicos" de seleção dos orientadores, a partir da realização de provas após a conclusão do curso. No caso do primeiro curso, realizado em 1950, ao final, foi aplicada uma prova escrita, contendo oito questões, que deveriam ser solucionadas "com a responsabilidade e o descortino de um orientador em exercício numa Escola Técnica Industrial" (BONOW, 1950).

Era apresentado o caso de uma estudante da 2ª série do curso industrial, que por pouco interesse havia reprovado em anos anteriores; naquele ano, quando passou a ter aulas com um determinado professor, modificou seu comportamento, dizendo sentir-se protegida e declarava abertamente sua "paixão" através de bilhetes, dizendo-se "capaz de tudo". Diante do quadro, o candidato a orientador deveria responder:

Qual, segundo você, o tipo de desajustamento que esta adolescente revela predominantemente? Se você fosse o Orientador, que provas psicológicas aplicaria na aluna? Que atitude aconselharia ao professor? Quais as pessoas para cuja cooperação apelaria a fim de resolver este caso?

A dimensão moral se apresenta nessas questões, e, possivelmente, os testes de valores seriam aplicados para avaliar o comportamento pouco adequado da aluna. De um modo geral, a prova contemplava temas como conflitos entre professores e alunos no processo ensino-aprendizagem, análise da interferência das dimensões econômicas e familiares no desajustamento apresentado por alguns alunos e o relacionamento entre os próprios discentes.¹⁶

Um dos elementos que buscamos analisar nos serviços de orientação foi a presença de algum encaminhamento específico para as alunas do ensino industrial; porém, segundo os entrevistados, não havia nenhuma abordagem particular em relação ao grupo. Avaliamos a possibilidade da ausência da discussão mais sistemática na área da orientação, sobre a formação destinada às mulheres, pela perspectiva da invisibilidade das alunas, aspecto que veio se confirmando ao longo da pesquisa.

¹⁶ Uma das questões pedia que fosse descrito um "caso-problema" (se possível, real), em que ressaltasse a importância desajustadora do fator econômico (riqueza ou pobreza). (BONOW, 1950)

De acordo com Ester, isso se deve ao fato de que a maioria dos estudantes do ensino industrial eram rapazes, diante da delimitação do campo de atuação para as mulheres naquele período, processo pelo qual a família também era responsável. Para a narradora, inserir-se em campos estabelecidos como masculinos passa pela conquista do "direito de fazer" determinadas atividades pelas mulheres:

Não havia nada especificamente falando, agora é lógico, não é? Que era uma questão da família, de um modo geral, a jovem, quando quer fazer um curso, a família não vai dizer: Não, vai fazer mecânica !! - quer dizer, não era uma atividade típica, vamos dizer, um trabalho típico pra mulher, agora, é lógico que, em outras atividades, hoje em dia, em edificações, engenharia, mas essa entrada, como todas as outras entradas em outras atípicas atividades são muito mais vagarosa, quer dizer, a entrada da mulher em um campo de atividade não se dá de um dia pro outro, elas são conquistas, elas têm que conquistar o *direito de fazer*, então eu acho que, com o tempo, isso vai acontecer, inclusive, porque você sabe que, hoje em dia, quer dizer, há bastante tempo, não é só hoje em dia, 50% da população é mulher, aliás 50, 1%, então realmente, quer dizer, é uma massa que se perde em questões que podia estar contribuindo para o país com a sua atividade. (ESTER, 2009, grifo nosso)

Outro aspecto localizado no âmbito da atividade de orientação refere-se à participação das mulheres nos cursos; enquanto nos demais cursos de formação de professores a participação era majoritariamente masculina, localizamos desde o curso realizado em 1953, a presença de três orientadoras entre o grupo de 13 profissionais que atuavam nesse campo, inclusive a chefia do setor de serviço de orientação da CBAI, ocupada por Ester, responsável brasileira pelo desenvolvimento do programa voltada a Orientação.

Ao indagarmos a entrevistada sobre a sua experiência em trabalhar numa área onde havia um maior número de homens atuando, a narradora afirmou nunca ter sentido nenhum preconceito em sua trajetória profissional, que inclui trabalhos desenvolvidos posteriormente na PETROBRÁS, na organização da seleção de engenheiros; porém, segundo ela, a discriminação ocorria no campo das promoções:

Olha [...], na verdade, quem devia ser promovida é você, mas você não precisa, porque você tem o teu marido e tal, e o fulano está precisando, tem três filhos, não sei o quê, não sei o quê – então, realmente, quer dizer, a mulher perde um pouco nesse sentido, eu sentia isso, quer dizer, *é como se a mulher quando trabalha é por diversão e não por necessidade*, então, na verdade, eu acho que ainda existe, existia, não sei se ainda existe, quer dizer –A mulher... porque ela não fica em casa? O que que ela está fazendo aqui ocupando o lugar de um homem? (ESTER, 2009, grifos nosso.)

O conjunto de documentos relacionados à Orientação Profissional na proposta implantada pela CBAI, incluindo a narrativa de uma das principais expoentes do Projeto, evidencia as assimetrias de gênero expressas nas propostas de Formação Profissional, ou mesmo na trajetória das profissionais envolvidas.

2.2. Integração profissional e produtividade: o ajuste do indivíduo para o mercado

Enquanto na publicação relacionada ao primeiro curso havia uma preponderância das questões afeitas à aplicação dos testes, os materiais publicados posteriormente eram mais abrangentes. Uma das atividades desenvolvida pelo grupo ao final dos encontros era a elaboração de manuais, a partir do programa que cursaram, como, por exemplo, o manual preliminar do serviço de orientação, resultante do encontro final realizado entre 7 e 22 de dezembro de 1953.

Entre os participantes, estava o professor Augusto, da Escola Técnica de Curitiba, que foi um dos elaboradores do manual, juntamente com 12 colegas de outras escolas, sob a supervisão de Stanley Kruszyna e Ester, técnicos da CBAI. Os temas contemplados na publicação, em linhas gerais, apresentavam a finalidade do serviço de orientação, sempre voltada para estudantes, ressaltando as características individuais dos mesmos e a necessidade de que o orientador interpretasse esses traços cientificamente. Nesse processo, os testes seriam uma, entre outras estratégias utilizadas, pois, "por melhores que pareçam os resultados, deve-se considerar os mesmos como informações suplementares, nunca como informações independentes e completas" (MEC, 1953, p. 15).

Alguns aspectos apresentados ao longo do manual foram pontos recorrentes nos encaminhamentos considerados adequados para a eficiência do serviço de orientação: a indicação de que o orientador era o profissional tecnicamente formado para atuar na área, porém, isso não isentava os demais profissionais da escola do envolvimento com a atividade; as discussões pertinentes às questões disciplinares, evidenciando que a dimensão punitiva não se aplicava no trabalho de orientação; a ênfase no aluno como indivíduo, e a elaboração de uma série de fichas para que o conhecimento sobre ele fosse sistematicamente registrado; a preocupação com o "acompanhamento" e a "colocação" de alunos e ex-alunos no mercado de trabalho.

Em relação ao conhecimento do indivíduo, os estudos sobre a personalidade eram fundamentais, bem como a análise dos fatores que interferiam na formação da personalidade, em especial, a hereditariedade e o meio. O ajustamento do aluno sofreria a ação desses dois campos, embora nenhum deles isoladamente fosse determinante, conforme destacou o técnico estadunidense Kruszyna, em uma das palestras proferidas ao grupo de orientadores em 1953:

Inúmeros estudos foram feitos os quais indicam claramente que condições específicas do meio produzem efeitos especiais sobre a personalidade dos indivíduos. Isto não quer dizer que qualquer fator do meio resulte em um tipo de comportamento: A condição sócio-econômica baixa, por exemplo, não significa necessariamente desajustamento, porém quer dizer que o comportamento, ou a personalidade, relaciona-se definitivamente com influências do meio (MEC, 1953).

Nesse quadro, embora a combinação de fatores como hereditariedade e meio criasse limites predeterminados, a ação do serviço de orientação poderia propiciar o ajustamento necessário ao aluno. Com base no "conselho socrático conhece-te a ti mesmo", recomendavam-se ações que possibilitassem tanto conhecer o aluno, através de entrevistas, testes, formulários preenchidos pelos professores, quanto o autoconhecimento por parte do educando:

Essa função de ajudar o aluno ao ajustamento de seus interesses, habilidades, aspirações e limitações às condições do meio e levá-lo a decisões adequadas em face dos dados objetivos é o âmago de qualquer programa de orientação e deve

ser exercida por pessoas com qualidades especiais e treinamento específico (MEC, 1953, p. 23).

A julgar pelo conjunto das fontes analisadas em relação à orientação, acreditamos que, entre os "dados objetivos" a serem considerados, estava a sua personalidade e "aptidões", que, por fim, deveriam ser colocados à disposição do mercado. Esse era um dos pontos priorizados pelo serviço de orientação, expresso no manual de 1953 em itens como informações ocupacionais, ambientação e colocação.

Em relação ao primeiro ponto, partia-se do pressuposto de que "o equilíbrio econômico da sociedade exigia que os indivíduos fossem dirigidos para profissões, levando-se em conta as condições do mercado de trabalho." Nesse aspecto, qual o lugar das aptidões dos alunos? E se tais aptidões constatadas a partir dos testes não acompanhassem a necessidade do mercado? Em consonância com a origem da psicotécnica no Brasil, a verificação de aptidões e interesses estaria mais voltada para cumprir as expectativas do mercado do que do indivíduo, tão propalado pelo serviço de orientação.

Não basta dar-lhe conhecimentos e práticas de trabalho. É preciso facilitar-lhe os meios de aproveitá-lo eficientemente. Qualquer escola tem esse dever, pois ao contrário, não cumpre a sua finalidade, **que é a de formar membros produtivos da sociedade**. Essa obrigação se torna mais imperativa no Brasil, onde ainda faltam agências de emprego que, em cooperação com o serviço de orientação, relevantes benefícios poderiam prestar aos nossos alunos (MEC, 1953, p. 31).

As estratégias a serem utilizadas pelo orientador para que as informações ocupacionais chegassem aos alunos variavam entre entrevistas, conferências, utilização de audiovisuais e visitas às industriais, recurso este aplicado recorrentemente, inclusive nos cursos organizados pela CBAI, destinados não somente aos orientadores, mas também aos professores e diretores. Dessa forma, a partir do enfoque concomitante em indivíduo e comunidade, o ensino industrial não se restringiria somente "ao problema da formação profissional, mas principalmente, de integração profissional" (MEC, 1953, p. 19).

Considerações

Ao pensarmos que o programa de Orientação considerava a evasão no ensino industrial e incluía os alunos que abandonavam os cursos como um dos pontos de interesse, temos a dimensão do projeto idealizado, compreendido por mercado, escola e sociedade, onde se manifestava a preocupação com os "desajustamentos ocupacionais" que poderiam ocorrer a partir da saída dos alunos da escola.

Constatamos, através do conjunto das três publicações analisadas, e das entrevistas, em especial a narrativa da Técnica brasileira responsável pelo Programa, as etapas pelas quais a implantação do serviço de orientação profissional pela CBAI passou. Inicialmente, em 1950, houve uma centralização nos testes, que por si revelam a preocupação em conhecer o perfil do aluno que frequentava as escolas da rede federal e, a partir de então, promover seu ajustamento; posteriormente, em 1953 houve uma ampliação dos conceitos e dos procedimentos indispensáveis para o sucesso do serviço,

abrangendo a sistematização de registros, com a intensificação do uso de fichas onde constassem informações dos alunos, como também a avaliação e a auto avaliação dos profissionais que atuavam na orientação; finalmente, em 1957, foram apresentados os resultados desse processo nas treze escolas em que o serviço de orientação havia sido implantado, a partir de textos produzidos pelos profissionais em atuação.

A análise do conjunto de documentos relacionados ao serviço de orientação evidencia a dimensão da individualidade que atravessava todos os encaminhamentos sugeridos - aconselhamento, acompanhamento no emprego, resolução dos problemas pessoais - não há espaço para a coletividade, e daí perfeitamente compreensível que a base científica do serviço de orientação fosse a Psicologia, no caso específico das escolas industriais, a psicologia aplicada, desenvolvida desde os anos de 1920.

Dessa forma, termos como ajustamentos, integração profissional, formação de seres produtivos dão o tom do(s) projetos de Formação Profissional defendidos pelo Estado em espaços escolares em grande parte do século XX, pautados na instrumentalização do saber e na perspectiva individualista, pontos que parecem ressurgir nas recentes propostas de Formação profissional, na esteira do retrocesso das políticas públicas que marca esta 2ª década do século XXI.

Referências

BONOW, Iva Waisberg. **Fundamentos da Orientação** (Curso Preliminar aos orientadores -3/5 a 18/07/1950). Relatório. CBAI/MEC: Rio de Janeiro, agosto de 1950.

CPDOC/FGV. **Parecer sobre as atribuições e distribuição de cargos na CBAI**. Arquivo Anísio Teixeira. At Pi Teixeira, A.1952.04.05.

ESTER. **Coordenadora do Serviço de Orientação da CBAI, 1947/1954. Professora aposentada da UFRJ**. Entrevista concedida em 2009. Rio de Janeiro/RJ (120 min.). A narradora tinha 82 anos na data da entrevista.

Exchange of Notes constituing an Agreement on vocational industrial vocation. Rio de Janeiro, 26 March and 5 april 1946. Disponível em: www.untreaty.un.org/unts

Manual preliminar do serviço de orientação das Escolas Industriais da Rede Federal. Rio de Janeiro: MEC/CBAI. Dezembro de 1953.

ABADE, Flávia Lemos. Orientação profissional no Brasil: uma revisão histórica da produção científica. **Rev. bras. orientac. prof**, jun. 2005, vol.6, no.1, p.15-24. ISSN 1679-3390

AMORIM, Mário L. **Da Escola Técnica de Curitiba à Escola Técnica Federal do Paraná: formação de uma aristocracia do trabalho em Curitiba (1942-1973)**. 2003. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade de São Paulo, 2003.

ELIAS, Norbert. **Introdução à Sociologia**. Lisboa: Edições 70, 1980.

FÁVERO, Maria de Lourdes de A. (Org.). **Dicionário de Educadores do Brasil**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/MEC-INEP, 2002.

FONSECA, Celso Suckow da. **História do ensino industrial no Brasil**. Rio de Janeiro: SENAI/DN/DPEA, 5 v., 1986.

GITAHY, Maria Lúcia. Qualificação e Urbanização em São Paulo: A experiência do Liceu de Artes e Ofícios (1873-1934). In: RIBEIRO, Maria Alice. (Coord). **Trabalhadores Urbanos e Ensino Profissional**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1986, p. 19-118.

KERGOAT, Danièle. A Relação Social de Sexo: Da Reprodução das Relações Sociais à sua Subversão. **Pro-posições**, vol.13, n. 1, p.47-59, jan. abr. 2002.

MEDEIROS, Marluce. **Expansão Capitalista e Ensino Industrial**. Rio de Janeiro, SENAI/DN/ DPEA, 1997.

MONARCHA, Carlos. **Lourenço Filho e a organização da psicologia aplicada à educação** (São Paulo, 1922-1933). Brasília: Inep/MEC, 2001.

SEGNINI, Liliana R. P. **Ferrovia e Ferroviários**. São Paulo: Cortez, 1982, especialmente o capítulo IV – Ciência como instrumento de dominação, p. 63-82.

WEINSTEIN, Bárbara. **(Re)Formação da Classe Trabalhadora no Brasil (1920-1964)**. São Paulo: Cortez, 2000.